

PUBLICIDADE LEGAL

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.
CNPJ Nº 92.791.243/0001-03 NIRE Nº 43300002799 COMPANHIA ABERTA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2026, ÀS 10 HORAS

Ficam convocados os senhores acionistas da **IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada no dia 24 de abril de 2026, às 10 horas, de modo **exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings ("Plataforma Digital"), nos termos do disposto no artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º, da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- I) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025;
- II) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2025, com a apreciação de orçamento de capital para o exercício social de 2026 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia;
- III) Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal (se instalado) para o exercício social de 2026;
- IV) Instalar o Conselho Fiscal da Companhia no exercício social de 2026, com funcionamento até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia; e
- V) Caso aprovada a matéria do item "IV" acima, eleger 3 (três) membros efetivos e seus respectivos suplentes para compor o Conselho Fiscal da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- I) Alterar o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir o número de ações em que se divide o capital social da Companhia, em razão do cancelamento de ações em tesouraria, aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 24 de setembro de 2025;
- II) Deliberar sobre a proposta de aumento do capital social da Companhia mediante a capitalização das contas de reservas de lucros (reserva de retenção de lucros) no montante de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), sem emissão de novas ações;
- III) Deliberar sobre a alteração do artigo 5º do estatuto social da Companhia para refletir a alteração do seu capital social e do número de ações em que o capital social se divide, caso os itens "I" e "II" acima sejam aprovados; e
- IV) Consolidar o estatuto social da Companhia, a fim de refletir as alterações propostas no item "III" acima, se aprovadas.

Informamos, ainda, em atenção ao artigo 5º, inciso I-A, da Resolução CVM 81, que o Conselho Fiscal da Companhia será instalado caso acionistas representando, no mínimo, 2,0% (dois por cento) do capital social requeiram a sua instalação, de acordo com o artigo 4º da Resolução CVM 70.

Instruções Gerais:

Nos termos do artigo 5º, parágrafo 4º, da Resolução CVM 81, a administração da Companhia informa que AGOE será realizada em formato exclusivamente digital, reafirmando o compromisso da Companhia em facilitar a participação de seus acionistas. A administração esclarece, ainda, que a realização da AGOE de modo exclusivamente digital decorre: (i) da prática adotada pela Companhia nos últimos anos; (ii) do fato de a modalidade exclusivamente digital ser uma forma de reduzir o absenteísmo dos acionistas nas assembleias da Companhia; e (iii) do custo-benefício inerente à realização da AGOE nesta modalidade. Nesse contexto, os acionistas poderão participar por meio da Plataforma Digital ou do envio do Boletim de Voto.

Nos termos do §1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e da decisão do I. Colegiado da CVM no processo CVM RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na AGOE: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil), (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"), ou (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro.

A participação do acionista poderá ser:

(i) via boletim de voto a distância ("Boletim de Voto") disponibilizado pela Companhia no seu site de Relações com Investidores (www.irani.com.br/in), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida estão mencionadas na Proposta da Administração, divulgada em 23 de março de 2026 ("Proposta da Administração"); ou

(ii) virtual, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente, por representante legal ou procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim de Voto; ou (b) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto e, caso queira, vote na AGOE via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto serão desconsideradas.

O acionista ou seu representante legal, objetivando assegurar a sua participação na AGOE, deverá acessar o endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/066140976>. Em referido endereço eletrônico, o acionista poderá (i) cadastrar e submeter o seu Boletim de Voto à Companhia, usando o campo específico da Plataforma Digital, anexando todos os documentos necessários para a submissão do Boletim de Voto diretamente à Companhia descritos na Proposta da Administração, com, no mínimo, 4 (quatro) dias de antecedência da data designada para a realização da AGOE, ou seja, até o dia 20 de abril de 2026, e (ii) preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação digital na AGOE descritos na Proposta da Administração, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da AGOE, ou seja, até o dia 22 de abril de 2026.

Nos termos do artigo 27, §7º, da RCVM 81, o envio do Boletim de Voto diretamente à Companhia deverá ser realizado exclusivamente por meio da Plataforma Digital.

Nos termos do §3º do art. 6º da Resolução CVM 81, os acionistas que não realizarem o procedimento de cadastro e habilitação para participação virtual na AGOE no prazo acima mencionado, contendo todos os documentos necessários, não poderão participar da AGOE.

A Companhia esclarece que dispensará a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o *upload* de cópia simples das vias originais de tais documentos quando do cadastramento do acionista, bem como da tradução simples de referidos documentos estrangeiros.

A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões do Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.

As demais orientações e informações para a participação virtual na AGOE, bem como todos os documentos relativos à ordem do dia, devem ser consultados na Proposta da Administração da Companhia, disponível nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Companhia (www.irani.com.br/in). Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@irani.com.br ou pelo telefone +55 (51) 3303-3893 (ramal 1071).

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.
Péricles Pereira Druck
Presidente do Conselho de Administração



Jornal do Comércio

Com visual dinâmico
e navegação
intuitiva, ficou mais
fácil se informar.

Baixe já o
app do JC

Aplicativo disponível
nas principais
plataformas digitais



PUBLICIDADE LEGAL



SLC AGRÍCOLA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 89.096.457/0001-55 - NIRE 43300047521



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A SLC Agrícola S.A. vem pelo presente convocar os senhores acionistas da Companhia para se **reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 28 de abril de 2026, às 11h00min** ("AG"), de modo exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia ("Plataforma"), nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81/22 ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas contas dos Administradores, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, assim como o Parecer dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria Estatutário. 2. Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício social e ratificar distribuição de dividendos, nos termos da proposta apresentada pela Administração. 3. Fixar a remuneração anual global dos Administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Reratificar a ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 2025, para ajustar os valores das reservas para as quais parte do lucro de 2024 foi destinado. **Informações Gerais:** Os acionistas ou procuradores que desejarem participar remotamente, por meio da Plataforma, deverão realizar seu pré-cadastro, impreterivelmente, até o dia **26 de abril de 2026 (inclusive)**, mediante acesso ao link: <https://assembleia.ten.com.br/556402648>. Ao acessar o link acima, o acionista será convidado a realizar um cadastro com login e senha único. A seguir, deverá anexar a documentação necessária adiante descrita, e participar e votar na assembleia através do preenchimento do Boletim de Voto à Distância ou participação e votação ao vivo na data da assembleia. Mais detalhes e informações relevantes e necessárias à orientação do Acionista estão contidas na Proposta de Administração, disponíveis nos sites de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.slcagricola.com.br/>) e da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/>). A Companhia solicita que os acionistas cadastrem na Plataforma os seguintes documentos: Documentação necessária para habilitação de acionistas e representantes: 1. Acionista Pessoa Física: Documento de identidade com foto; * 2. Representante: Documento de identidade com foto do representante; 2.A. Outorgante Pessoa Física: Documento de identidade com foto. * Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso. ** 2.B. Outorgante Pessoa Jurídica: Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado; Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso; ** Regulamento do fundo (para fundos de investimento). Ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à assembleia (para fundos de investimento). * Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida; ** Os instrumentos de mandato deverão ter sido outorgados há menos de 1 (um) ano. A Companhia ressalta que fica a cargo do acionista e representante a responsabilidade pela veracidade e integridade dos documentos apresentados, sujeitos a responderem pelo artigo 299 do código penal de Falsidade Ideológica. Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação no prazo estabelecido. Após a devida análise do cadastro do Acionista, a Companhia disponibilizará um e-mail contendo novas informações para acesso à Plataforma que transmitirá a AG, devendo o acionista que não receber tal informação até 24 horas antes da data de realização da AG, entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores através do e-mail ri@slcagricola.com.br com cópia para juridico@slcagricola.com.br. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta AG, dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. A Companhia adotará para esta AG o procedimento de voto à distância, conforme previsto na Resolução CVM 81. Assim, o Acionista que optar por exercer direito de voto à distância por meio do Boletim de Voto à Distância, poderá preenchê-lo observadas as orientações e enviá-lo, conforme orientações abaixo: (1) À COMPANHIA: o acionista deverá se cadastrar no link <https://assembleia.ten.com.br/556402648> indicando a opção de participação "via Boletim de Voto à Distância", acompanhado da documentação necessária, preencher os campos de opções de voto na guia "ASSEMBLEIA" e confirmar seu voto. Dessa forma, o acionista é considerado presente e seus votos válidos, sem precisar comparecer na data e horário marcado para a assembleia. De acordo com o art. 27 da Resolução CVM 81, a Companhia estabelece que o sistema eletrônico será o único meio de envio de Boletim de Voto à Distância (BVD) diretamente à Companhia, excluindo a possibilidade de envio por correio postal ou e-mail. (2) AO AGENTE DE CUSTÓDIA: para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus Agentes de Custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal. (3) AO BANCO ESCRITURADOR: essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas no BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM que é o escriturador da Companhia. Os acionistas que possuem posição no escritural e cadastro atualizado receberão um e-mail para votarem através de um link disponibilizado pelo Escriturador. Os acionistas que não receberem este e-mail podem solicitar as informações para voto pelo e-mail escrituracao.acao@btgpactual.com. (4) AO DEPOSITÁRIO CENTRAL: Os acionistas podem encaminhar seus votos diretamente ao depositário central, observadas as regras por ele determinadas para a emissão das instruções de voto via Boletim. A Companhia alerta que, em qualquer dessas hipóteses, o Boletim de Voto à Distância deverá ser recebido pela Companhia em até, no máximo, 4 (quatro) dias corridos antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ou seja, até as 23h59min do dia 24 de abril de 2026. Para fins do art. 4, da RCMV 70, o percentual mínimo de participação no capital social votante da Companhia necessário para o pedido de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento). Os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, bem como os previstos na Resolução CVM 81 e no Manual para Participação de Acionistas - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia, e nos sites: (www.cvm.com.br, www.b3.com.br e <http://ri.slcagricola.com.br/>). Ressalta-se que as orientações detalhadas para o envio do Boletim a cada uma das opções mencionadas acima encontram-se na Proposta da Administração e Manual de Participação em Assembleias, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.slcagricola.com.br/>) e da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/>). Em consonância com a prática adotada nos últimos anos, a Companhia opta por realizar esta AG em formato exclusivamente digital, de modo a ampliar a participação e a interação entre os Acionistas e a Administração, assegurando esclarecimentos imediatos e simultâneos de dúvidas, independentemente da localização dos participantes, promovendo, assim, maior transparência e eficiência na condução dos trabalhos.

Porto Alegre, 23 de março de 2026.
Eduardo Silva Logemann
Presidente do Conselho de Administração



Jornal do Comércio

Com visual dinâmico e navegação intuitiva, ficou mais fácil se informar.

Baixe já o app do JC

Aplicativo disponível nas principais plataformas digitais ➔



PUBLICIDADE LEGAL

Mega Negócios Imobiliários S/A				CNPJ 87.819.306/0001-52 NIRE 43 3 0001885 7		Demonstração do Resultado do Exercício - Em Reais	
Relatório da Diretoria							
Prezados Acionistas: A diretoria da MEGA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A., em observância aos preceitos legais e normas estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos, na sede da empresa. Caxias do Sul, 18 de março de 2026. A DIRETORIA							
Balanço Patrimonial - Em Reais							
Ativo	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	31/12/2025	31/12/2024		
Circulante	3.213.711,10	1.714.698,84	Circulante	50.291,31	118.646,97	Receita Bruta	31/12/2025 31/12/2024
Disponibilidades	3.213.711,10	1.714.698,84	Obrigações fiscais e sociais	47.197,31	77.091,97	Receitas com aluguéis	1.553.350,64 1.463.918,76
Caixa e Bancos			Outras Contas a pagar	3.094,00	41.555,00	Deduções	(56.697,30) (53.433,05)
conta movimento	4,91	11,00	Patrimônio Líquido	9.214.391,33	7.721.457,01	Impostos e contribuições	(56.697,30) (53.433,05)
Aplicações financeiras	3.177.670,74	1.714.687,84	Capital Social	1.900.000,00	1.900.000,00	Receita Líquida	1.496.653,34 1.410.485,71
Direitos Realizáveis	36.035,45	0,00	Reserva de Lucros	2.175.232,71	682.298,39	Lucro Bruto	1.496.653,34 1.410.485,71
Impostos a Recuperar	36.035,45	0,00	Reserva Legal	380.000,00	380.000,00	Despesas/Receitas Operacionais	(183.303,30) (182.376,10)
Não Circulante	6.050.971,54	6.125.405,14	Reserva p/Aum. de Capital	9.573,02	9.573,02	Despesas administrativas	(182.475,40) (181.585,28)
Imobilizado	6.050.971,54	6.125.405,14	Saldo a Disposição da Assembleia	1.785.659,69	292.725,37	Despesas tributárias	(827,90) (790,82)
Prédios	4.642.394,76	4.642.394,76	Ajuste de Avaliações			Resultado Operacional Antes	
Terrenos	2.357.605,24	2.357.605,24	Patrimoniais	5.139.158,62	5.139.158,62	Rec./Despesas Financeiras	1.313.350,04 1.228.109,61
(-) Deprec. Acumulada	(949.028,46)	(874.594,86)	Total do passivo	9.264.682,64	7.840.103,98	Despesas financeiras	(275,30) (128,40)
Total do ativo	9.264.682,64	7.840.103,98				Receitas financeiras	331.733,51 233.339,58
						Resultado Operacional Antes	
						Contribuição Social e IRPJ	1.644.808,25 1.461.320,79
						Contribuição Social e IR	(151.873,93) (128.822,22)
						Lucro Líquido do Exercício	1.492.934,32 1.222.498,57
						Lucro Líquido por lote de mil ações do Capital Social	1.260,69 1.032,33
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em Reais							
Reservas de lucros							
Histórico	Capital Social	Ajuste Avaliação Patrimonial	Lucros a Realizar	Legal	Aumento Capital	Lucros/Prejuízos	Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2023	1.900.000,00	5.139.158,62	1.058.178,80	380.000,00	9.573,02	-	8.486.910,44
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	1.222.498,57	1.222.498,57
Dividendos	-	-	(1.700.000,00)	-	-	-	(1.700.000,00)
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	1.222.498,57	-	-	(1.222.498,57)	-
Ações em Tesouraria	-	-	(287.952,00)	-	-	-	(287.952,00)
Saldo em 31/12/2024	1.900.000,00	5.139.158,62	292.725,37	380.000,00	9.573,02	-	7.721.457,01
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	1.492.934,32	1.492.934,32
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	1.492.934,32	-	-	(1.492.934,32)	-
Saldo em 31/12/2025	1.900.000,00	R\$ 5.139.158,62	1.785.659,69	380.000,00	9.573,02	-	9.214.391,33
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras				Demonstração do Fluxo de Caixa Método Indireto - Em Reais			
Nota 1 - Contexto Operacional: A sociedade tem a forma jurídica das Sociedades por Ações de Capital Fechado e como objeto social os negócios do ramo imobiliário, edificações de prédios no sistema de condomínio, compra, venda, permuta e locações de imóveis. Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei 6.404/76, alterada pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, bem como, das normas do Conselho Federal de Contabilidade e também as orientações emitidas pelo CPC Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aplicáveis a esta organização no que lhe concerne, consideradas relevantes e que possuem efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. As demonstrações contábeis basearam-se nos fatos financeiros e econômicos identificados na documentação, informações e declarações fornecidas pela administração da entidade. Nota 3 - Principais Práticas Contábeis: 3.1) Os Ativos e Passivos de até 360 dias a partir da data do encerramento do exercício, estão demonstrados como circulantes. 3.2) Apuração do Resultado: o resultado do exercício foi apurado pelo regime de competência e inclui, quando aplicável, os rendimentos e encargos incidentes sobre direitos e obrigações. 3.3) Caixa e Equivalentes de Caixa: O saldo da conta inclui caixa em poder da empresa e Bancos conta movimento líquido de saldos bancários a descoberto e aplicações financeiras com liquidez de até três meses. 3.4) Depreciação: as depreciações são calculadas sobre o custo contábil dos prédios com base na vida útil estimada pelo método linear. 3.5) Provisão Para Imposto de Renda: foi constituída à taxa de 15% sobre o lucro presumido, acrescida do adicional de 10% o qual incidiu sobre a parcela que ultrapassou o limite anual de R\$ 240.000,00. 3.6) Provisão Para Contribuição Social: Foi constituída à taxa de 9% sobre o lucro presumido. Nota 4 - Capital Social: No encerramento do exercício social o Capital Social, subscrito e realizado, montava em R\$ 1.900.000,00 (hum milhão e novecentos mil reais), representados por 1.184.216 (Hum milhão, cento e oitenta e quatro mil, duzentos e dezesseis) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.				Fluxo de Caixa Atividades Operacionais			
				31/12/2025 31/12/2024			
				Lucro Líquido do Exercício			
				1.492.934,32 1.222.498,57			
				(+/-) Depreciação e Amortização			
				74.433,60 74.433,60			
				Aumento das obrigações fiscais			
				(29.894,66) 20.812,98			
				Redução das contas a pagar			
				(38.461,00) 667,00			
				Caixa Líquido das atividades operacionais			
				1.499.012,26 1.318.412,15			
				Fluxo de Caixa Atividades de Investimentos			
				Baixa por extinção de ações			
				-			
(287.952,00)							
Caixa Líquido das atividades de investimentos							
-							
(287.952,00)							
Fluxo de Caixa Atividades de Financiamentos							
Dividendos distribuídos							
-							
(1.700.000,00)							
Caixa Líquido das atividades de financiamentos							
-							
(1.700.000,00)							
(-) Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa							
1.499.012,26 (669.539,85)							
Saldo de Caixa Inicial							
1.714.698,84 2.384.238,69							
Saldo de Caixa Final							
3.213.711,10 1.714.698,84							
Caxias do Sul, 31 de dezembro de 2025.							
SÉRGIO BRUNO CESA		NESTOR JOSÉ CESA		FELIPE LUIS DE MARCHI			
Diretor - CPF 003.513.690-15		Diretor - CPF 057.426.410-87		Contador - CRC/RS 83.099 - CPF 836.582.110-91			

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

Escaneie o
QRCode
abaixo e entre
em contato:



WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

continuação>>>		QUERO-QUERO VERDECARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. CNPJ sob nº 01.722.480/0001-67 NIRE nº 4330004716-4	
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
Aos Administradores da Quero-Quero VerdeCard Instituição de Pagamento S.A. Cachoeirinha – RS Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Quero-Quero VerdeCard Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Quero-Quero VerdeCard Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Base para opinião - Nossas auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase - Apresentação dos valores correspondentes - Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas		demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou, com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras - A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria e resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados as	
		circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 04 de março de 2026.	
		ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F Henrique Furtado Maduro - Contador CRC SP291892/O	
			

continuação >>>>		LOJAS QUERO-QUERO S.A. - CNPJ sob nº 96.418.264/0218-02 NIRE nº 4330002898-4		SMLL B3 • IGCX B3 • ICON B3 • IBRA B3 • ISEE B3 • IGC-NM B3 • IGCT B3 • ITAG B3	
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVDUAIS E CONSOLIDADAS					
de crédito, bem como à representatividade dessas receitas no conjunto das demonstrações financeiras, consideramos essa área relevante para nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento do processo de vendas na Controladora e controladas, incluindo o momento de reconhecimento das receitas e dos respectivos contas a receber; (b) análise das movimentações mensais sobre os saldos de receita reconhecida pela Companhia, de modo a avaliar a existência de variações contrárias às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento do setor e da Companhia; (c) conciliação dos saldos de receita bruta com os relatórios auxiliares de faturamento; (d) análise de operações de vendas que ocorreram antes ou depois do encerramento do exercício, de modo a garantir que a receita tenha sido reconhecida na competência adequada; (e) avaliação dos lançamentos manuais efetuados diretamente no sistema contábil; (f) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos - Conforme divulgado na nota explicativa nº 12, a Companhia e suas controladas possuem ativo fiscal diferido nos montantes de R\$204.058 mil e R\$212.403 mil (R\$204.084 mil e R\$208.741 mil em 31 de dezembro de 2024) na controladora e no consolidado respectivamente, reconhecidos sobre prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias dedutíveis. A análise da realização do ativo fiscal diferido é significativa para nossa auditoria em função da magnitude dos montantes registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e também pela complexidade e subjetividade envolvidas no processo de preparação e revisão das projeções de resultados futuros que suportam a realização do ativo fiscal diferido. Estas projeções são elaboradas com base em premissas que são afetadas por expectativas futuras em relação às condições econômicas e de mercado. Como nossa auditoria conduziu esse assunto - Nossos procedimentos de auditoria consistiram, entre outros: (a) revisão das projeções de resultados futuros com base no plano de negócios preparado pela Administração, incluindo a avaliação das principais premissas e da metodologia utilizada; (b) revisão das bases de cálculo do ativo fiscal diferido; (c) análise das divulgações realizadas na nota explicativa 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Estes procedimentos foram realizados com o auxílio de nossos especialistas da área tributária. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ativo fiscal diferido, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na elaboração das projeções que suportam a análise de realização do ativo fiscal diferido, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado - As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (OVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.			Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor - A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas - De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.		
Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração da Lojas Quero-Quero S.A. Cachoeirinha - RS O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") da Lojas Quero-Quero S.A. ("Companhia") e suas controladas é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, implantado conforme regulamentação e legislação brasileira vigentes e funciona em conformidade com o estatuto social e o seu regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração. Compete ao CAE assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares (compliance); (iii) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna; (iv) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o CAE desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu: (i) entrevistas com a Administração e com gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de compliance; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e compliance e de gerenciamento de riscos; e (vi) avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é da Administração da Companhia. Também é de sua responsabilidade			O estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implantação e supervisão das atividades de controle interno e compliance. A auditoria independente, a cargo da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY"), é responsável por examinar as demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir relatório de auditoria sobre a adequada apresentação dessas demonstrações financeiras. A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos, e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração, e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Companhia. O CAE atua por meio de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do CAE baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O CAE mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação. O CAE avaliou o plano de trabalho de auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e recomendou sua aprovação pelo Conselho de Administração. O CAE acompanhou os trabalhos realizados e seus resultados, e tomou conhecimento do Relatório dos Auditores Independentes emitido nesta data. O CAE também avalia, rotineiramente, a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas.		
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Declaram, nos termos do artigo 29, §1º, inciso II, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, em conjunto: reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.			DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE Declaram, nos termos do artigo 29, §1º, inciso II, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, em conjunto: reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.		
Cachoeirinha, 03 de março de 2026. PETER TAKAHARU FURUKAWA - Diretor Presidente JEAN PABLO DE MELLO - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores LUCIANO MATZENBACHER SCOTTA - Diretor sem designação específica DANIEL JOSÉ ARTUS - Diretor sem designação específica			Cachoeirinha, 03 de março de 2026. MIRSON JOSE ENGELMANN - Diretor sem designação específica CRISTIANE RHODEN - Diretora sem designação específica LUIZ FELIPE NUNES BARBOSA - Diretor sem designação específica DANIEL JOSÉ ARTUS - Diretor sem designação específica		
ri.quero-quero.com.br		SMLL B3 • IGCX B3 • ICON B3 • IBRA B3 • ISEE B3 • IGC-NM B3 • IGCT B3 • ITAG B3			

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A

CNPJ 094.813.102/0001-70 - NIRE 43.300.053.504
Sociedade Anônima de Capital Aberto - Av. Principal nº 187, Distrito Industrial

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (em milhares de reais). As notas explicativas

Relatório da Administração: Apresentamos aos nossos acionistas as Demonstrações Financeiras Consolidadas da TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S.A. relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **Mensagem da Administração:** Encerramos mais um ano com forte desempenho, com uma Receita Operacional Líquida de R\$164 bilhões (+28,1% vs 2024). Todos os segmentos de atuação da Companhia apresentaram crescimento, visto o ganho de *market share* nas áreas atendidas por nossas 73 lojas entre Rio Grande do Sul e Mato Grosso, além da expansão de capacidade de nossas indústrias. No ano de 2025 foi marcado pelo maior CAPEX da história da companhia, com investimentos de R\$ 1,1 bilhão, visando a ampliação da capacidade das indústrias no processamento de soja e produção de biodiesel, abertura de novas lojas e a construção da primeira indústria de etanol da 3tenos no Vale do Araguaia (MT), mantendo uma gestão financeira responsável na alocação de capital. No 3tenos DA realizado em nosso Centro Tecnológico (CETEC) em Santa Bárbara do Sul, em dezembro de 2025, anunciamos alguns avanços estratégicos da Companhia para novos estados. Dentre esses avanços, instalaremos segunda indústria de etanol da 3tenos, sendo está localizada em Redenção (PA), além da abertura de novas lojas voltadas ao varejo de insumos e originação de grãos nos estados do Pará, Tocantins, Goiás e Minas Gerais. Gostaríamos de reforçar a mensagem de que a Companhia mantém a condução de seus negócios com muita segurança, em termos de alavancagem financeira e volatilidade de preços. Buscamos garantir nossa margem operacional adotando as devidas precauções em nossos negócios, visando a longo prazo a sustentabilidade da companhia. Iniciamos o ano de 2026 confiantes com a evolução dos nossos negócios, visto todo o investimento realizado no ano anterior e as oportunidades já identificadas nos novos estados em que já estamos atuando. Cordialmente, **João Marcelo Dumoncel** - CEO e Fundador. **Visão Geral:** A Companhia, o ecossistema agrícola mais completo do Brasil, é uma empresa familiar, que oferece de forma verticalizada e integrada soluções para o agricultor, com amplas ofertas de produtos no varejo de insumos agrícolas, grãos e indústria. Tal modelo de negócio cria um relacionamento de longo prazo com os agricultores. A Companhia conta atualmente com aproximadamente 24 mil clientes ativos. Além de fornecer insumos e adquirir a produção, a Companhia também oferece treinamentos, consultorias e serviços técnicos aos produtores, agregando valor através de uma venda técnica, levando os produtores a obter melhores produtividades e resultados em suas lavouras. **Aspectos Operacionais:** A receita operacional líquida da Companhia cresceu 28,1% em relação a 2024. O ROL (ROL) consolidada atingiu R\$ 16.427 milhões, crescimento de 28,1% em relação a 2024. Todos os segmentos da Companhia apresentaram crescimento, visto o ganho na participação de mercados nas regiões atendidas na comercialização de insumos e originação de grãos, além da expansão de capacidade das indústrias. **Varejo de insumos agrícolas ("Insumos"):** mediante a oferta de uma completa gama de insumos agrícolas, atendemos a maioria das necessidades do produtor rural através da venda de diversos tipos de sementes, fertilizantes para a lavoura e defensivos agrícolas para as culturas de soja, milho, trigo, arroz, canola dentre outras. Em 2025, inauguramos uma loja dentro no Rio Grande do Sul na cidade de São Vicente do Sul, e inauguramos duas lojas no Mato Grosso nas cidades de Água Boa e Canarana. Contamos atualmente com 73 lojas e 206 consultores (agrônomos e técnicos em agronomia), agregando valor aos insumos vendidos com o objetivo de gerar benefícios para nossos clientes. **Indústria:** a Companhia possui uma indústria de beneficiamento de sementes localizada na cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, e uma unidade misturadora de fertilizantes localizada na cidade de Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul, além de 2 centros de pesquisa tecnológicos em Santa Bárbara do Sul/RS e Vera/MT. A receita líquida deste segmento foi de R\$ 3.409,6 milhões, e apresentou crescimento de 20,9% em relação a 2024. O desempenho no segmento foi puxado principalmente pelo crescimento de volume, além do aumento nos preços dos produtos vendidos. **Originação e trading de grãos ("Grãos"):** realizamos a compra e venda de grãos de produtores rurais, possuindo uma capacidade estática de armazenagem de aproximadamente 2,1 milhões de toneladas para soja, milho e trigo. A receita líquida deste segmento foi de R\$ 5.235,1 milhões e apresentou crescimento de 60,7% em relação a 2024. O desempenho no segmento foi impactado pelo maior volume de trading de grãos em todas as culturas (Soja, Milho e Trigo), com destaque para o milho, que teve um crescimento de 100% em relação a 2024. **Industriação de grãos ("Indústria"):** por meio de nossas três indústrias localizadas nas cidades de Ijuí e Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul, e Vera, no Estado do Mato Grosso, realizamos a industriação da soja para produção de farelo de soja, importante componente para rações animais na avicultura, suinocultura e bovinocultura; óleo de soja e biodiesel. Nossas indústrias encerraram o ano de 2025 com capacidade de esmagamento de soja de 9,8 mil toneladas por dia e de produção de biodiesel de 3,00 mil m3 por dia. Possuímos dois modais ferroviários (de acesso em nossas instalações) ligando as unidades das cidades de Ijuí e Cruz Alta ao Porto de Rio Grande. A receita líquida deste segmento foi de R\$ 7.779,0 milhões, e apresentou crescimento de 15,3% em relação a 2024. O maior volume de farelo e biodiesel produzido, está relacionado principalmente às expansões de capacidade industriais ocorridas ao longo de 2025. **Custo de Venda:** o custo de venda da Companhia em 2025 foi de R\$ 13.939,3 milhões. Produtos Vendidos apresentou crescimento de 35,4%, atingindo R\$ 13.939,3 milhões. Tal aumento decorreu, principalmente, pelos seguintes fatores: **Insumos:** o custo das mercadorias e dos produtos vendidos antes do ajuste ao valor justo do segmento de insumos totalizou R\$ 2.722,6 milhões, correspondente a um aumento de 17,8% comparado a 2024. Tal aumento se deu principalmente pelo incremento no volume vendido. **Grãos:** o custo das mercadorias e dos produtos vendidos antes do ajuste ao valor justo do segmento de grãos totalizou R\$ 4.686,8 milhões, o

correspondente a um esmento de 60,8% comparado a 2024. Tal aumento se deu principalmente pelo maior volume de grãos vendidos. **Indústria:** o custo das mercadorias e dos produtos vendidos antes do ajuste ao valor justo do segmento de indústria totalizou R\$ 6.469,5 milhões, correspondente a um aumento de 19,0% comparado a 2024. Tal aumento se deu principalmente pela maior produção de farelo de soja, óleo degomado de soja e biodiesel. O ajuste ao valor justo de ativos e passivos atrelados a commodities, não alocado a cada um dos segmentos operacionais da Companhia, totalizou redução de R\$ 60,5 milhões. **Lucro Bruto:** O lucro bruto antes do ajuste ao valor justo dos ativos e passivos atrelados a commodities, não alocado a cada um dos segmentos, crescimento de 30,0% em relação a 2024. A margem bruta ajustada combinando o resultado dos contratos futuros liquidados foi de 17,4%, incremento de 0,3 p.p. em relação ao ano anterior. Tal resultado decorre, principalmente, pelos seguintes fatores: **Insuños:** o lucro bruto antes do ajuste a valor justo e do resultado dos contratos futuros liquidados totalizou R\$ 887,1 milhões, correspondente a um aumento de 35,2% em relação a 2024. A margem bruta do segmento de insuños foi de 20,2%, elevação de 2,2 p.p. comparado a 2024. Este resultado está relacionado (i) ao aumento de volume vendido de fertilizantes e defensivos, e (ii) recuperação das margens dos produtos. **Grãos:** o lucro bruto antes do ajuste a valor justo e do resultado dos contratos futuros liquidados totalizou R\$ 548,3 milhões, correspondente a um aumento de 59,7% em relação a 2024. A margem bruta do segmento de grãos foi de 10,5%, sem variação em relação a 2024. O crescimento do lucro bruto foi impactado pelo incremento do volume de grãos em todas as culturas. **Indústria:** o lucro bruto antes do ajuste ao valor justo e dos contratos futuros liquidados do segmento dos contratos futuros liquidados totalizou R\$ 1.309,5 milhões, correspondente a uma queda de 0,2% em relação a 2024. A margem bruta do segmento da indústria foi de 16,8%, redução de 2,7 p.p. comparado a 2024. Desempenho impactado pela menor rentabilidade do segmento, principalmente relacionado a comercialização do farelo soja. O efeito do resultado dos contratos futuros liquidados totalizou R\$ 305,8 milhões em 2025, resultado superior em relação ao ano anterior que totalizou R\$ 284 milhões. Este efeito pode ser observado na Nota Explicativa 25. A Companhia entende que essa demonstração do Lucro Bruto Ajustado combinado com o resultado dos contratos futuros liquidados visa observar o desempenho operacional como um todo, pois entende-se que o hedge faz parte das operações comerciais na venda de grãos e produtos da Companhia. Em adição às variações acima, o lucro bruto foi impactado pela redução na despesa atrelada ao ajuste ao valor justo de ativos e passivos atrelados a commodities, não alocada a cada um dos segmentos, o que ocorreu em conformidade com o tratamento contábil adotado. O lucro antes do imposto de renda em 2025 com um lucro bruto de R\$ 2.484,4 milhões, apresentando redução de 1,9% em relação a 2024. A margem bruta foi de 15,1%, redução de 4,6 p.p. em relação a 2024. **Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas:** As Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas totalizaram R\$ 1.945,4 milhões, com aumento de 51,2% em relação a 2024, influenciadas principalmente pelo incremento no volume dos segmentos de grãos e indústria. Quando analisadas como percentual da receita operacional líquida, representaram 11,8% (10,0% em 2024), aumento de 1,8 p.p. comparado a 2024. **EBITDA:** O EBITDA Ajustado combinando o resultado dos contratos futuros liquidados totalizou R\$ 1.024,7 milhões, crescimento de 2,3% em relação ao ano anterior. A margem EBITDA Ajustada combinando o resultado dos contratos futuros liquidados foi de 6,2% em 2025, redução de 1,8 p.p. comparado a 2024. Tal resultado, está relacionado a proporção da receita líquida consolidada da Companhia. O EBITDA totalizou R\$ 658,4 milhões, uma redução de 50,9% em relação ao ano anterior. A margem EBITDA foi de 4,0% em 2025, redução de 6,5 p.p. comparado a 2024. A tabela a seguir apresenta uma reconciliação de nosso EBITDA, EBITDA Ajustado, EBITDA Ajustado combinando o resultado dos contratos futuros liquidados a partir do nosso lucro líquido:

de reais). As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

a despesa financeira. **Lucro Líquido:** O Lucro líquido ajustado totalizou R\$ 672,8 milhões, um crescimento de 3,1% em relação ao ano anterior. A margem líquida ajustada foi de 4,1% (5,1% em 2024). **Despesa Financeira:** A despesa financeira líquida totalizou R\$ 1.060,1 milhões, 1,9% em relação aos períodos anteriores. O lucro líquido totalizou R\$ 808,5 milhões, representando um aumento de 1,9% em relação ao ano anterior quando atingiu R\$ 756,4 milhões. A margem líquida ajustada atingiu 4,9% (5,9% em 2024). **Disponibilidade e Endividamento:** A Companhia encerrou 2025 com divida líquida de R\$ 1.600,1 milhões (divida líquida de R\$ 224,7 milhões em 2024). Esta variação está relacionada principalmente com o crescimento das operações, a aquisição de ativos, o pagamento de dividendos às ações ordinárias e a reconstrução das operações de processamento de soja, e (ii) na abertura de novas lojas. A tabela abaixo apresenta a reconciliação da nossa Divida Líquida (caixa líquida) nas datas abaixo indicadas:

		Exercício social encerrado em			
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	
(R\$ milhares)					
Ativo		3.263.592	2.174.354	1.392.846	
(+)	Caixa e equivalentes de caixa	2.560.066	1.696.858	1.028.483	
(+)	Aplicações financeiras	195.360	75.404	197.451	
(+)	Instrumentos financeiros derivativos	508.166	402.092	166.912	
Passivo		(4.863.675)	(2.399.009)	(1.349.957)	
(-)	Empréstimos e financiamentos	(4.660.963)	(2.066.879)	(1.272.512)	
(-)	Instrumentos financeiros derivativos	(202.712)	(332.130)	(77.445)	
(=) Caixa (Divida Líquida)		(1.600.083)	(224.655)	42.889	
Off-TentCap					
(=) Caixa (Divida Líquida)		(1.225.145)	(63.787)	117.866	
Dividendos: A Administração proporá à Assembleia Geral Ordinária a destinação de R\$ 91.014.910,79 para pagamento de dividendos, como remuneração aos acionistas sobre os resultados relativos ao exercício social de 2025. O pagamento dos dividendos, correspondente a R\$ 90,182219167 por ação, ocorreu em 13 de janeiro de 2026 com aprovação na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2025. Política Equidade: Embora não tenha instituído uma política formal específica voltada exclusivamente à equidade de gênero, a Companhia observa princípios de igualdade de oportunidades, meritocracia e não discriminação em seus processos internos de recrutamento, desenvolvimento e remuneração, em conformidade com a legislação aplicável e com suas práticas internas de governança. Em atendimento ao disposto no §6º do artigo 133 da Lei nº 6.404/76, a Companhia apresenta abaixo as seguintes informações:					
Mulheres empregadas por níveis hierárquicos		2025		2024	
		Total	Proporção (%)	Total	Proporção (%)
Conselhos		3	27,3%	1	16,7%
Diretoria		2	15,4%	1	9,1%
Gerencias		14	14,0%	13	14,9%
Chefia/Coordenação		34	28,8%	20	26,0%
Técnica/Supervisão		117	23,5%	87	22,1%
Administrativo		411	44,1%	217	38,6%
Operacional		142	12,3%	113	12,2%
Total		723	25,6%	452	21,9%

Relacionamento com Auditores Independentes: Em atendimento à Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 162/22, informamos que a KPMG Auditores Independentes do Brasil Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços: (i) Auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), referidas como "Normas Internacionais de Relatório Financeiro", emitidas pelo Conselho Federal de Contas da Companhia contidas nos Formulários de Informações Trimestrais – ITR, elaborados de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 referentes aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2025; e (ii) Auditoria relacionada aos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), com escopo voltado à avaliação da adequação das informações financeiras e dos controles vinculadas à operação, à verificação da existência, integridade e elegibilidade dos ativos recebíveis que estejam à emissão, bem como à realização de procedimentos destinados a assegurar a conformidade do CRA com o regulamento e a legislação regulatória aplicável, incluindo a correta aplicação da remuneração dos títulos, a observância das obrigações contratuais e a consistência dos controles e processos relevantes, com o objetivo de conferir maior transparência e confiabilidade às informações disponibilizadas aos investidores e demais partes interessadas. A Companhia adotou como princípio fundamental a preservação da independência dos auditores, garantindo a não influência por auditarem os seus próprios serviços e não terem participado da função de gestão da Companhia, e em relação a outros serviços prestados, a não interferência no trabalho de auditoria, por meio de procedimentos de obtenção de aprovação prévia pelo Comitê de auditoria da Companhia, de forma a evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

Serviços de Auditoria e Consultoria (valores em R\$) **2025**

Auditoria das Demonstrações Financeiras	697.341,90
Prestação de Serviços Auditoria do CRA	985.014,58
Total	1.682.356,48

Balancos Patrimoniais											
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	1.780.757	1.184.252	2.560.066	1.696.858	Fornecedores	13	2.813.466	2.045.678	2.816.665	2.073.245
Aplicações financeiras	4.2	178.471	67.337	195.360	75.404	Instrumentos financeiros derivativos	8	199.739	330.591	200.348	330.591
Contas a receber clientes	5	2.194.846	1.586.065	2.147.422	1.396.538	Empréstimos, financ. e debêntures	14	1.951.420	758.016	2.344.340	921.068
Estoque	7	2.158.913	1.782.431	2.158.913	1.782.431	Adiantamentos de clientes		8.397	23.676	256.005	23.716
Adiantamentos	7	129.015	142.300	129.261	142.491	Arrendamentos a pagar	10	6.263	5.344	8.096	7.416
Instrumentos financ. derivativos	8	508.095	402.092	508.095	402.092	IR e contribuição social a recolher		22.929	85.951	23.249	87.180
Imposto de renda e contrib. social	6.1	5.704	41.716	7.866	41.940	Impostos e contribuições a recolher		21.454	15.976	23.841	17.499
Impostos a recuperar	6.2	325.253	167.400	325.253	167.400	Obrigações trabalhistas		95.024	78.900	98.477	80.669
Despesas antecipadas		61.412	9.909	62.348	9.909	Parcelamentos tributários	16	383	1.092	383	1.092
Clas. a rec. de partes relacionadas	28					Dividendo a pagar	14	91.015	26.184	91.015	26.184
Outros ativos		39.959	51.062	39.457	52.948	Outros passivos		136.564	93.981	138.294	97.684
Total ativo circulante		7.382.425	5.442.527	8.134.041	5.776.390	Total passivo circulante		5.346.654	3.465.389	6.000.713	3.666.344
Não circulante						Não circulante					
Contas a receber clientes	5	56.418	5.574	56.418	5.574	Fornecedores		37.953	26	37.953	26
Instrumentos financeiros	8	71	-	71	-	Empréstimos, financ. e debêntures	14	2.316.622	1.134.005	2.316.623	1.145.811
Imposto de renda e contrib. social	6.1	113.181	146.604	113.181	146.604	Instrumentos financeiros	8	2.364	1.539	2.364	1.539
Impostos a recuperar	6.2	122.866	70.701	122.866	70.701	Arrendamentos a pagar	10	35.759	12.388	37.412	15.843
Depósitos judiciais	17	201	168	201	168	Parcelamentos tributários	16	1.182	1.565	1.182	1.565
Impostos diferidos	26	35.461	167.038	38.619	167.859	Provisões para litígios	17	5.237	6.664	5.237	6.664
Outros ativos		1.088	1.035	1.088	1.035	Outras obrigações		-	-	2.957	5.913
Total do realizável a longo prazo		329.286	391.120	332.444	391.941	Total passivo não circulante		2.399.117	1.156.187	2.403.728	1.177.361
Investimentos	9	132.234	134.522	18.515	5.179	Total do passivo		7.745.771	4.621.576	8.404.441	4.843.705
Direito de uso em arrendamentos	10	40.267	16.351	44.071	21.949	Patrimônio líquido	18				
Ativo biológico		15.989	-	15.989	-	Capital social		3.478.385	1.565.587	3.478.385	1.565.587
Imobilizado	11	4.454.931	2.620.688	4.472.432	2.638.711						
Intangível	12	85.256	54.082	86.863	55.253						
Total ativo não circulante		5.057.963	3.216.763	4.970.314	3.113.033						
Total do ativo		12.440.388	8.659.290	13.104.355	8.889.423						

Demonstração do Resultado Abrangente						Reserva de capital	(1.954)	(6.331)	(1.954)	(6.331)
		Controladora		Consolidado		Reservas de lucros	2.128.191	2.402.702	2.128.191	2.402.702
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	Dividendos adicionais propostos	-	68.875	-	68.875
Lucro líquido do exercício		815.667	758.623	808.699	756.365	Ajustes de avaliação patrimonial	111	1.058	111	1.058
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado						Transações de capital com controladas	(2.565)	(2.969)	(2.565)	(2.969)
Operac. no exterior - ajuste acum. de conversão*		(7.289)	10.241	(7.289)	10.241	Ajuste acumulado de conversão	2.669	9.958	2.669	9.958
Total dos result. abrangentes do exercício		808.378	768.864	801.410	766.606	Ações em tesouraria	(220)	(1.166)	(220)	(1.166)
Acionistas controladores		-	-	808.378	768.864	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores				
Acionistas não controladores		-	-	(6.968)	(2.258)	4.694.617	4.037.714	4.694.617	4.037.714	

* Inclui o efeito de variação de taxa cambial utilizado para converter as informações financeiras da controlada que atua em ambiente econômico internacional, com moeda diferente da moeda funcional da Companhia.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido													
	Reservas de Lucros												
	Capital Social	Reserva de Capital	Transação de Capital com sócios	Reserva Legal	Reserva de Investimento	Reserva para incentivos fiscais	Dividendos adicionais Propostos	(-) Ações tesouraria	Ajuste Avaliação Patrim.	Lucros Acumul.	Total Controladora	Acion. não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.565.587	(6.331)	(2.969)	39.899	452.693	1.910.110	68.875	(1.166)	11.016	-	4.037.714	8.004	4.045.718
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(947)	947	-	-	-
Aumento de Capital	2.688	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.688	1.121	3.809
Aumento de Capital, por meio da integraliz. de Res. de Incentivo Fiscal	1.910.110	-	-	-	-	(1.910.110)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	815.667	815.667	(6.968)	808.699
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	40.831	-	-	-	-	-	(40.831)	-	-	-
Constit. de Reserva para Investimentos	-	-	-	-	684.768	-	-	-	-	(684.768)	-	-	-
Adiantamento p/futuro aum.de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.949	2.949
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	946	-	-	946	-	946
Dividendo adicional pago	-	-	-	-	-	-	(68.875)	-	-	-	(68.875)	-	(68.875)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	52.226	-	-	(52.226)	-	-	-
Dividendo adicional aprovado	-	-	-	-	-	-	(52.226)	-	-	-	(52.226)	-	(52.226)
Dividendo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.789)	(38.789)	-	(38.789)
Despesa outorga plano de ações	-	4.377	-	-	-	-	-	-	-	-	4.377	-	4.377
Outros	-	-	404	-	-	-	-	-	-	-	404	191	595
Efeito cambial de controlada no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.289)	-	(7.289)	-	(7.289)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.478.385	(1.954)	(2.565)	80.730	1.137.461	-	-	(220)	2.780	-	4.694.617	5.297	4.699.914

	Reservas de Lucros										Acion. não controladores	Total Consolidado	
	Capital Social	Reserva de capital	Transação de Capital com sócios	Reserva Legal	Reserva de Investimento	Reserva para incentivos fiscais	Dividendos adicionais Propostos	(-) Ações em tesouraria	Ajuste Avaliação Patrim.	Lucros Acumul.			Total Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.565.587	(12.659)	(2.041)	12.456	26.216	1.699.406	58.524	(1.474)	1.722	-	3.347.737	4.154	3.351.891
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(947)	947	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.108	6.108	-
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	308	-	-	308	-	308
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	758.623	758.623	(2.258)	756.365
Constit.de reserva para incentivos fiscais	-	-	-	-	-	210.704	-	-	(210.704)	-	-	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	27.443	-	-	-	-	(27.443)	-	-	-	-
Constit. de Reserva para investimentos	-	-	-	-	426.477	-	-	-	(426.477)	-	-	-	-
Dividendo adicional pago	-	-	-	-	-	-	(58.524)	-	-	-	(58.524)	-	(58.524)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	68.875	-	-	(68.875)	-	-	-
Dividendo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.071)	(26.071)	-	(26.071)
Despesa outorgas plano de ações	-	6.328	-	-	-	-	-	-	-	-	6.328	-	6.328
Alteração de Participação em controlada	-	-	(928)	-	-	-	-	-	-	-	(928)	-	(928)
Efeito cambial de controlada no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	10.241	-	10.241	-	10.241
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.565.587	(6.331)	(2.969)	39.899	452.693	1.910.110	68.875	(1.166)	11.016	-	4.037.714	8.004	4.045.718

Continuação	Três Tentos Agroindustrial S/A - CNPJ 094.813.102/0001-70			
sobre esse relatório como parte do nosso trabalho de auditoria das demonstrações financeiras. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras				
individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa				
independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Porto Alegre, 05 de março de 2026 <table><tr><td>KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/F-7</td><td>Felipe Brutti da Silva Contador CRC RS-083891/O-0 T-SC</td></tr></table>			KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/F-7	Felipe Brutti da Silva Contador CRC RS-083891/O-0 T-SC
KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/F-7	Felipe Brutti da Silva Contador CRC RS-083891/O-0 T-SC			
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS				
Na qualidade de Diretores Estatutários da Três Tentos Agroindustrial S.A. ("Companhia"), sociedade por ações com sede na cidade de Santa Bárbara, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Principal, nº 187, Distrito Industrial, inscrita no CNPJ/MF sob nº 94.813.102/0001-70, nos termos do artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 e alterações introduzidas posteriormente, declaramos que revisamos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 da Companhia. 05 de março de 2026. João Marcelo Dumoncel - Diretor Presidente e Diretor de Relação com Investidores Cristiano Machado Costa				
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE				
Na qualidade de Diretores Estatutários da Três Tentos Agroindustrial S.A. ("Companhia"), sociedade por ações com sede na cidade de Santa Bárbara, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Principal, nº 187, Distrito Industrial, inscrita no CNPJ/MF sob nº 94.813.102/0001-70, nos termos do artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 e alterações introduzidas posteriormente, declaramos que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes KPMG Auditores Independentes Ltda., em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 da Companhia. 05 de março de 2026. João Marcelo Dumoncel - Diretor Presidente e Diretor de Relação com Investidores Cristiano Machado Costa				